



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ nº: 33.683.772/0001-24

PROJETO DE LEI Nº 002/2026

AUTORIA: Mesa Diretora

SÚMULA: DISPOE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DOS SUBSÍDIOS DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1.301/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º Fica assegurada e concedida a Revisão Geral Anual da recomposição das perdas inflacionárias dos subsídios de que trata a Lei Municipal nº 1.301/2024 de 03 de abril de 2024, em conformidade com o índice referente ao IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado em 2025, conforme previsto no artigo 37, X, da Constituição Federal, perfazendo um percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento).

Art. 2º A recomposição inflacionária a que se refere a presente lei está em conformidade com o artigo 4º, da Lei Municipal n.º 1.301/2024 e Artigo 46, Parágrafo Único, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por dotação própria da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Plenário das Sessões, Nova Monte Verde-MT, 29 de janeiro de 2026.

Livia de Almeida Nunes Fidelis
Presidente

Flavia Martins Correa
Primeira Secretária

José Alves da Silva
Vice Presidente

Eduardo Wiedemann Cassarotti
Segundo Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ nº: 33.683.772/0001-24

JUSTIFICATIVA AO PL 002/2026

Senhores(as) vereadores(as)

Trata-se de: **REVISÃO GERAL ANUAL DA RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DOS SUBSÍDIOS DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1.301/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente projeto busca tão somente corrigir perdas inflacionarias acometidas ao subsidio base dos legisladores, sendo assim, a revisão geral anual não pode ser confundida com alteração ou aumento salarial.

A revisão de que trata a sumula do presente projeto é um direito previsto na Constituição Federal aos servidores públicos e agentes políticos, a fim de, recompor a desvalorização salarial anual.

Considerando as condições orçamentárias favoráveis, conforme estudo de impacto contábil orçamentário anexo, visando atender a necessidade de recomposição das perdas do poder aquisitivo e não infringir a Legislação pátria e atender ao Órgão de Controle Externo, propomos o entabulado Projeto de Lei para deliberação quanto ao ajuste salarial do Subsídios dos Vereadores referente as perdas do poder aquisitivo cujo montante foi avaliado **4,26% (Quatro virgula vinte e seis por cento)**, medidos IPCA/2025, através dos dados históricos atualizados, por entendermos que é a base que mais se aproxima da sazonalidade dos preços médios reais praticados, pelo que, contamos com a compreensão de Vossas Excelências para a deliberação favorável em sua íntegra.

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS
Vereadora Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ nº: 33.683.772/0001-24

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

(Inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

Estabelece a Revisão Geral Anual da Recomposição das perdas inflacionárias dos Subsídios de que trata a Lei Municipal nº 1.301/2024, da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

FONTE DE CUSTEIO:

Dotações orçamentárias anuais, consignadas no Orçamento Anual da Câmara.

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de Ordenadora de despesa da Câmara Municipal de Nova Monte Verde MT, declaro para os efeitos do Inciso II do artigo 16 da LC 101/2000, que a despesa constante do resultado desta Lei, encontra-se devidamente enquadrada financeiramente e orçamentariamente não afetando o equilíbrio das contas públicas.

Plenário das Sessões, Nova Monte Verde MT, 29 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS
Vereadora Presidente